

PRETO E VIADO: A INTERSECÇÃO DAS NORMAS DA MORTE

Data de submissão: 09/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Mariane Simão Montani

Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
<http://lattes.cnpq.br/8852366609059469>

Nádia Maria Silva Montelo

Psicóloga Hospitalar do Hospital Regional de Cacoal/RO, Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNINASSAU
<http://lattes.cnpq.br/0369380554103595>

Julia Gindrê Soreano Lopes

Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
<http://lattes.cnpq.br/6880905916307024>

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto, Escola de Magistratura de Rondônia. Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<http://lattes.cnpq.br/9236046616211702>

RESUMO: A homossexualidade, o sujeito homossexual ou, como é mais comumente denominado na sociedade brasileira, o gay são “invenções” do século XIX. Até então, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia, sendo um comportamento vergonhoso ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir.

Considerando que o Estado possui dispositivos de poder para definir quem “vive e quem morre”, são justamente as questões de gênero, raça e classe que mais são afetadas por esse dispositivo, visto que, elas fogem desse padrão “cis hetero normativo, branco e burguês”. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo verificar junto a homens negros e homoafetivos, residentes no estado de Rondônia, através dos relatos vivenciados, se já tiveram experiências ou percepções de ações discriminatórias homofóbicas e/ou racistas. Trata-se de um estudo de campo, de cunho qualitativo e exploratório. Como recurso de interpretação das entrevistas foi utilizada Análise do Discurso, orientada por Orlandi. Como resultados e após análise de dados, verificou-se que os participantes tiveram a percepção que as ações discriminatórias homofóbicas impactaram de forma mais significativa suas vivências, quando comparadas ao racismo, visto que, embora o racismo tivesse feito parte de algumas experiências, ele não tomou uma proporção tão significativa como a homofobia.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. Homem negro. Necropolítica. Interseccionalidade. Estado.

BLACK AND FAGOT: THE INTERSECTION OF THE NORMS OF DEATH

ABSTRACT: Homosexuality, the homosexual subject or, as it is more commonly called in Brazilian society, the gay are “inventions” of the 19th century. Until then, affective and sexual relationships between people of the same sex were considered sodomy, being a shameful behavior to which anyone could succumb. Considering that the State has power devices to define who “lives and who dies”, it is precisely the issues of gender, race and class that are most affected by this device, since they escape this standard “hetero normative, white and bourgeois”. In this sense, the present study aimed to verify with black and homoaffective men, residing in the state of Rondônia, through lived reports, if they had already had experiences or perceptions of homophobic and/or racist discriminatory actions. This is a field study, qualitative and exploratory. As a resource for interpreting the interviews, Discourse Analysis was used, guided by Orlandi. As results and after data analysis, it was found that the participants had the perception that homophobic discriminatory actions had a more significant impact on their experiences, when compared to racism, since, although racism had been part of some experiences, it did not take on as significant a proportion as homophobia.

KEYWORDS: Homosexuality. Black man. Necropolitics. Intersectionality. State.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade, o sujeito homossexual ou, como é mais comumente denominado na sociedade brasileira, o *gay* são “invenções” do século XIX. Até então, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia¹, sendo um comportamento vergonhoso, ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir. A partir da segunda metade do século XIX, a prática homossexual passava a definir um tipo especial de sujeito e, conseqüentemente, uma nova categoria social, que viria a ser marcada, estigmatizada e reconhecida sob o nome de homossexualidade, categorizado e sendo nomeado, como desvio da norma. Os indivíduos que se encaixassem, ou fossem forçadamente encaixados nesta categoria, passaram a viver em segredo, tendo o medo como norte e sendo obrigados a suportar as dores da segregação social (FOUCAULT, 1988; GREEN, 2000).

Mbembe (2006), desenvolve seu raciocínio, através da crítica aos dispositivos de poder analisados por Michel Foucault (1926-1984), sobretudo no que concerne às noções de soberania e biopoder, relações que governam o “direito de vida e de morte” dos indivíduos às populações no âmbito do Estado moderno. Para Mbembe (2006), no mundo pós-colonial, na modernidade tardia e até mesmo para setores da população subalternizada no primeiro mundo, vigora algo além dos dispositivos de controle e reprodução da população enquanto espécie (o biopoder). Impõe-se nesses espaços-tempos, uma política da morte, de extermínio da população, através do uso deliberado da violência e sujeição dos governados, esta necrose do poder – necropolítica se funda desde a escravidão e a racialização-racismo das populações nos espaços-tempos citados, ela criando mundos de morte.

1. Substantivo feminino;

Relação sexual anal entre um homem e outro; sexo anal entre um homem e uma mulher. Etimologia (origem da palavra *sodomia*). Do latim sodomia.

O que se pode observar nos estudos sobre a violência contra a população negra, nos dados do feminicídio e do transfeminicídio dos povos indígenas, entre outras, é que o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade (BENTO, 2018). Nas pesquisas sobre gênero e sexualidade, percebe-se que nos campos de estudo há um núcleo de referência bibliográfica regular, o conceito de biopoder de Michel Foucault (1999), como técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”, é recorrente, sobre os corpos negros recaem a indiferença, a ofensa, a pobreza e a exploração que faz do viver dessas pessoas um desafio sobre-humano.

Conforme Frantz Fanon (2008), o homem negro não é homem, pois seu existir decorre muito distante das referências que humanizam o cidadão da modernidade, sua história é uma vida contada por processos marginalizadores que agem ativamente para desumanizar seu existir, para que despido de humanidades possa ser inteiramente lançado aos domínios da morte.

Mas, um homem gay também não é homem, é um outro tipo de sujeito, do qual a morte não é nem mesmo digna de lamento. A homoafetividade reflete uma transgressão aos padrões de gêneros, firmados sobre valores que apoiam a heterossexualidade como referência única para as performances de gênero, sexo e identidades sexuais. Ser homoafetivo é romper com as normas e pôr-se na linha de frente aos ofensivos ataques que atuam na perspectiva de anular, silenciar e aniquilar os corpos homoafetivos (BUTLER, 2003).

Considerando que o Estado, segundo Foucault (1999), possui dispositivos de poder para definir quem “vive e quem morre”, são justamente as questões de gênero, raça e classe que mais são afetadas por esse dispositivo, visto que elas fogem desse padrão “cis hetero normativo, branco e burguês”. Judith Revel (2005, p.39), relata que dispositivos de poder referem-se a operadores materiais do poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Pode designar discursos, práticas, instituições ou mesmo campos de saber.

Dessa maneira, o presente estudo visou analisar de que modo ações excludentes e discriminatórias impactam nas vivências dessas populações negras e homoafetivas, sendo assim capazes de gerar sofrimento psíquico e processos que acabam por fazerem com que esses indivíduos acreditem que são inferiores ou tem “menos valor”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A própria miscigenação, louvada como marca determinante do povo brasileiro, é fruto de um longo processo de estupros (DAVIS, 2016), com o objetivo de fazer crescer a população escrava, assim como o lucro dos senhores de engenho. Mais tarde, a mistura de raças foi usada também como tentativa de genocídio negro (NASCIMENTO, 2016), a expectativa dos cientistas era de que em um século não haveria mais negros ou indígenas no Brasil, já que essas raças sucumbiriam à superioridade genética da raça branca.

Tal mistura de raças deu origem ao mito da democracia racial, popularizado no Brasil em 1933 por Gilberto Freyre (2003). A teoria prega que em um país tão miscigenado quanto o Brasil não poderia haver raças e por isso não poderia haver racismo. Além de falacioso, uma vez que os índices de mortalidade, escolaridade e violência mostram que o racismo está fortemente presente em nossa sociedade, esse mito também trabalha para negar o racismo, inviabilizando o sofrimento de todo um segmento da população.

A norma social prega que ser branco é um sinônimo de ser belo, inteligente e admirável (SOUZA, 1990), dessa forma quanto mais o sujeito se aproxima da branquitude (que é um lugar de privilégio racial, social econômico e político de pessoas brancas), mais perto estará do padrão esperado. Esse fato abre espaço para a criação de uma pigmentocracia, onde quanto mais escura a cor da pele mais suscetível a sofrer racismo estará o indivíduo.

Ao falarmos sobre pigmentocracia, também chamada de colorismo, expressamos uma face do racismo, na qual pessoas com um tom de pele mais claro, mais próximo da branquitude, estariam menos propensos a sofrer racismo. A mídia ocupa um importante papel nesse processo ao padronizar as representações negras por pessoas negras de pele mais clara e com traços “suavizados”, transmitindo a mensagem de que negro belo é aquele que se aproxima da branquitude (FERREIRA; CAMINHA; 2017).

Silva e Monteiro (2018), apontam que assim como a mídia tem o poder de orientar o pensamento e atitude das pessoas, os cartazes e artifícios visuais podem ser usados para difundir valores sociais e étnicos. O apagamento da imagem da população negra, visto nos cartazes publicitários, é um reflexo do que pode ser observado nos ambientes entendidos como de prestígio dentro da sociedade, hierarquicamente, o lugar social reservado às pessoas negras é de menor poder. Quando presente, observa-se que a representação da negritude é feita preferencialmente por modelos de pele mais clara, com traços negróides suavizados, remetendo novamente ao mito da democracia racial, que louva a miscigenação como forma de negar o racismo.

Muniz (2017), assim como Pereira e Souza (2013), apontam para a heteronormatividade como outra forma de impor uma norma social, criando uma verdadeira hegemonia, em que apenas a heterossexualidade é válida. Nesta, entretanto, a regra seria seguir os padrões de gênero e, portanto, se relacionar apenas com pessoas do sexo oposto. Os comportamentos sociais, o gênero, assim como, com que sexo devemos nos relacionar, são definidos pelo sexo biológico com que nascemos, a isso Bento (2012), dá o nome de genitalização dos corpos. O indivíduo que se rebelar contra essa norma estará sujeito a sofrer sanções sociais severas como exclusão, agressão e até mesmo a morte.

Assim como no racismo, onde quanto mais perto da branquitude menos o sujeito corre o risco de discriminação, na homofobia, quanto mais perto da norma social de gênero menor o risco de ataques homofóbicos contra o sujeito homoafetivo. Desta forma, aqueles tidos como “afeminados” estão mais sujeitos a discriminação, mesmo dentro da comunidade

LGBT+. Este fato está intimamente ligado à sociedade machista que, compreende a mulher como inferior e associada a passividade (FERREIRA; CAMINHA; 2017). Comprovando essa fala, estudos mostram que homens com o comportamento marcadamente homoafetivo ganham entre 11 e 27% a menos do que homens com comportamentos heterossexuais (BADGETT, 1995).

Os referidos autores Ferreira e Caminha (2017), apontam que ser um homem negro e gay é ocupar um espaço de duplo preterimento, já que além de lidar com a exclusão pela cor de sua pele, o indivíduo também precisa conviver com o status de traidor da masculinidade. Podemos ver a representação dessa situação ao observar que o inverso da heterossexualidade é retratado como a homossexualidade branca. Enquanto o homossexual branco é apenas gay, o homossexual negro ocupa o espaço de “bicha preta”, relegada as periferias.

De acordo com Banuth e Santos (2016), a interseccionalidade se trata do estudo entre diferentes formas de opressão ou discriminação que se somam, desta forma, a vivência social de um homem negro e homossexual não pode ser compreendida apenas enquanto homem, ou negro ou enquanto LGBT+, para compreendê-lo, precisamos incluir a interação entre todos esses aspectos que se influenciam reciprocamente. As categorias se somam criando uma forma única de experienciar o mundo.

Duplamente excluído, o homem negro e homossexual se vê a mercê não apenas da biopolítica (FOUCAULT, 1999), que ao negar as ferramentas necessárias para a vida deixa morrer o indivíduo, mas também da necropolítica (MBEMBE, 2018). Nessa teoria, o autor defende que o estado usa do poder de matar como uma ferramenta para administrar o estado. O conceito de soberania figura entre as técnicas usadas para tal, já que prega a autoridade e superioridade do estado, trazendo para essa entidade o excepcional poder de morte.

Quanto a isso, Bento (2018), reflete que no estudo sobre pessoas negras, mulheres, ou aqueles pertencentes aos gêneros dissidentes, termo usado por Melo e Barreto (2014), para se referir às sexualidades que fogem à norma social, o estado corresponde a um agente de não distribuição igualitária do reconhecimento de sua humanidade. Desta forma podemos dizer que alguns grupos são mais humanos do que outros aos olhos do estado, a morte desses grupos menos humanos não é sentida e muito menos criticada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e de caráter exploratório, considerando que, as análises qualitativas dependem de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos da pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2010).

Para tanto, a pesquisa foi realizada com 3 homens com idade entre 21 e 29 anos, que se identificavam como negros e abertamente homoafetivos. Foi utilizada a amostragem não probabilística bola de neve, essa amostragem consiste em convidar alguns participantes, que convidariam outros e assim por diante. O convite para participar foi realizado de forma virtual, via instagram, por meio de um post convidando, de forma voluntária, os participantes, explicando como aconteceria a pesquisa e o que fazer para participar.

Para o alcance dos resultados, foram utilizados como instrumentos para coleta de dados um questionário sociodemográfico, o TCLE e uma entrevista semi-estruturada, sendo todos no formato online. No questionário havia perguntas simples, apenas com o intuito de situar a pesquisadora participante qual o local de fala de cada participante voluntário. A partir de uma pergunta no questionário (que sinalizava qual o melhor dia e horário os voluntários definiriam para a realização do segundo momento - entrevista), os participantes foram convidados para um segundo momento, que foi a entrevista semi-estruturada, na qual continham perguntas acerca de suas vivências, experiências enquanto homens negros residentes no estado de Rondônia, assim como ações discriminatórias que sofreram ao longo da vida.

O método utilizado para interpretação dos dados foi a Análise do Discurso (AD), que não é uma metodologia e sim uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Essa contribuição ocorreu da seguinte forma: da linguística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio a noção de inconsciente que para a AD, é trabalhado com o descentramento do sujeito (CAREGNATO, 2006).

Vale destacar que na AD, que como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata o discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa - se o homem falando. Na AD, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os 3 sujeitos entrevistados tinham entre 21 e 29 anos de idade. O S1, de 21 anos, reside na zona urbana, trabalha como gerente de uma conveniência, possui ensino médio completo, é católico, mora com o pai e está solteiro. O S2, 27 anos, reside na zona rural, é professor de dança, possui ensino superior completo, é graduado em Educação Física, filho de professores, católico e mora com o companheiro. E por fim, o S3, 29 anos, reside na zona urbana, funcionário público, ensino superior completo, graduado em Direito, filho de uma dona de casa e um policial militar aposentado, não possui religião no momento e mora com o companheiro.

Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, essa mediação, o que é o discurso, torna possível tanto a permanência quanto deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. As etapas do processo de análise dos discursos são: passagem da superfície linguística para o objeto discursivo; passagem do objeto discursivo para o processo discursivo; constituição dos processos discursivos.(ORLANDI, 2005). A seguir, trataremos dos três eixos temáticos que foram propostos e discutidos neste estudo:

a) formas de enfrentamento às ações homofóbicas

Neste eixo, foi discutido como os participantes enfrentaram ao longo da vida e ainda enfrentam ações discriminatórias referentes à sua sexualidade e como esse enfrentamento partiu de uma necessidade do momento, uma ferramenta que eles se apropriaram para se autodefender:

"[...]foi onde eu estava trabalhando; eu estava lá tranquilo e daí chegou um rapaz alterado e meio que me deu um susto eu fiquei meio que sem entender eu fiquei encarando ele, e daí ele começou a me xingar e xingar "seu gay, viadinho, sua bixinha, e algo do tipo vem aqui para você ver que que eu faço com você". E daí meu meio que perdi a paciência porque você toda vida escuta esse xingamentozinhos e você meio que tem medo de fazer alguma coisa, e daí eu meio que tava meio cansado de escutar isso aí em cima dele eu não me orgulho disso (risos) porque eu tava no serviço, mas enfim (e não foi a primeira vez no serviço) mas foi a única vez que eu não consegui controlar meus sentimentos entendeu" S1, 21 anos

Neste trecho, percebe-se pela fala de S1, que seu histórico de ofensas e ataques homofóbicos eram tão recorrentes, que sua "paciência esgotou" e ele se permitiu ceder ao impulso de raiva no momento, não se controlando diante de mais um desses afrontes que foi infelizmente obrigado a se sujeitar. E o seu ambiente de trabalho, que foi por ele citado não ter sido a primeira vez que isso acontece, deveria ter tido um cuidado, um preparo maior com esse tipo de situação, visto que estamos situados em um estado conservador, com tantos discursos fundamentalistas religiosos, principalmente contra minorias de gênero, raça e classe.

Dados apurados pelos membros da Comissão de Diversidade Sexual (CDS) indicam que Rondônia ocupa uma perigosa posição no ranking de estados com maior presença de crimes por homofobia. Em 2015 o Diário da Amazônia apresentou notícia indicando que dentre os dez estados brasileiros mais perigosos para um LGBTQIA+ viver, Rondônia figurava na nona posição (OAB/RO, 2020).

[...]“No fundamental foi difícil, eu guardava tudo pra mim, porque morria de medo. Já no ensino médio, quando eu estava maior, eu sempre meio que debochava, era a válvula de escape que eu achei para ninguém me zoar, tipo alguém me chamava de viadinho e eu retrucava "ah sério, agora que você descobriu"? , aí ninguém ligava muito. Aí eu comecei a perceber que eles começaram a ligar quando eu discutia, quando eu debochava, retrucava.. S1, 21 anos

[...]“como que é aquela coisa que você faz na escola sua bichinha”? tipo assim para me ofender né, e aí eu comecei dançar no meio da rua para debochar dele , depois disso nunca mais me abordou nem na escola” S3, 29 Anos

Na seguinte fala de (S1, 21 anos), fica explícito que uma de suas ferramentas, que funcionou como uma “*válvula de escape*” (pode se afirmar que era a única), mais acessíveis no momento para lidar com as ofensas discriminatórias era o deboche, a ironia, como também foi a única forma de se autoprotger das violências heteronormativas, dos ataques homofóbicos.

A segunda fala de (S3 29 anos) é bem elucidativa, e não difere do participante B., quando ele diz que [...]“*comecei dançar no meio da rua para debochar dele*”, A. se apropriou da mesma ferramenta como uma forma de se estabelecer e se auto afirmar como gay, sendo quem ele era, se expressando e não se calando diante das ofensas.

[...]“outras pessoas falavam sobre na escola, faziam piadinha na sala eu sabia que tava falando de mim, mas eu fingia que não era comigo e aí eu vejo assim que esse esse fingir que nada acontecia era uma forma de se autoprotger; eu nunca me senti confortável dentro da escola e hoje eu percebo que o sentimento era de repressão, eu nunca passei por essa situação de ter sido protegido dentro da escola.” S3, 29 anos.

A fala do participante (S3, 29 anos) demonstra uma falta de acolhimento por parte da escola com sujeitos lgbs, que desde criança sofrem com essas “piadinhas”, comentários maldosos, olhares que soam como ofensa, e quando A. menciona “*eu nunca me senti confortável dentro da escola e hoje eu percebo que o sentimento era de repressão*”, é uma reflexão a ser feita pela própria instituição escolar, a revisar e reconstruir conceitos de respeito à individualidades e subjetividade de seus alunos.

Segundo Junqueira, (2013), por meio da pedagogia do armário, desde cedo, os estudantes aprendem a movimentar o sistema heteronormativo e homofóbico através de processos que agrupam e sentenciam alguns sujeitos em posições inferiores, os violentando, ofendendo verbalmente. Esses sujeitos, tornam-se então, os focos de atenção coletiva, das “piadinhas”, da zombaria, as várias formas de ofensa que se possa ter dentro da instituição, impactando toda sua construção como sujeito, como ser social.

[...]Eu sempre fui de dançar, fazer teatro, me envolver, entendeu? me envolvia em tudo na escola, eu sempre gostei do meio artístico, entendeu? coisas culturais, entendeu? eu sempre amei ta em questão de esporte, tudo! Sempre queria estar metido no meio, aí pelos meus irmãos eu não fazia, “porque não era coisa de homem” jamais um homem faria isso, um hetero, vamos dizer assim. Então era “coisa de viadinho” S2, 27 anos

O que se estabelece na fala do participante acima é que há brincadeiras/ jogos para “meninas e meninos”, dessa forma já identificando o local de pertencimento de cada um. E para não *envergonhar* seus irmãos, ele escolheu se retrair, não permitir ser quem era no momento, dançar o que queria, brincar do que queria, se divertir, pelo simples fato de que se expressar “*envergonhava*” seus irmãos. Ou seja, a própria escola, instituição

que deveria incentivar e proporcionar esse livre espaço para que cada pessoa expresse sua subjetividade da maneira que quiser, quando quiser, e que não haja repressões ou retaliações quanto a isso; não seja um espaço que cortar nossas asas e sim um espaço que nos possibilite voar cada vez mais alto.

Embora para a instituição heteronormativa da seqüência sexo-gênero-sexualidade concorram diversos espaços sociais e institucionais, parece ser na escola e na família onde se verificam seus momentos cruciais. Quantas vezes, na escola, presenciamos situações em que um aluno “muito delicado”, que parecia preferir brincar com as meninas, não jogava futebol, era alvo de brincadeiras, piadas, deboches e xingamentos? Quantas são as situações em que meninos se recusam a participar de brincadeiras consideradas femininas ou impedem a participação de meninas e de meninos considerados gays em atividades recreativas “masculinas”? (JUNQUEIRA, 2013).

b) Impacto da religião na construção da sexualidade

Neste eixo, foi discutido como esses dois fatores atravessaram e fizeram parte da construção da sexualidade dos participantes, influenciando diretamente na vida de cada um deles, no modo de agir, pensar, se comportar, em suas narrativas de vida.

[...]“Desde os avós tudo, então somos uma família bem de igreja. Então, eu tinha dificuldade porque eu ia para a igreja e escutava muito assim das pessoas; eu tinha acesso, eu sempre fui muito curioso entendeu, sempre sabia muito que à volta existem pessoas gays, então eu ficava naquela curiosidade e escutava a minha volta “vai pro inferno”, quando morrer, a primeira coisas dita desde criança, sempre escutei, que vai para o inferno, já está com o passo lá.” S2, 27 anos

O que se percebe nesta fala do participante (S2, 27 anos), é uma violência tremenda por parte da igreja, proferir discursos como estes, sem levar em conta as múltiplas facetas, subjetividades e até as coletividades presentes nas instituições religiosas. Quando as palavras que o participante mais evidencia são “vai pro inferno” “ou já estou com o passo lá no inferno”, e esse lugar está atrelado ao pecado, a morte, tragédia, tudo que for de encontro a isso, criará no imaginário dessa criança que ela precisará lutar com todas as suas forças para não cair nesse lugar chamado inferno.

Bonfim (2011), ressalta que alguns retratos da junção entre Igreja e Estado nesse aspecto de religiosidade e sexualidade, eram verificados igualmente pela lógica colonizadora de dominação de territórios, ou conquistaram povos, assim como tiveram papel fundamental de difundir as leis vigentes europeias. Esses mesmos países colonizadores puniram de forma cruel, com a morte a prática homoafetiva, de forma que as leis que na época denominavam “antissodomia” também eram vigentes no Brasil.

c) o racismo na dimensão naturalizada

Neste eixo foi discutido como as ações discriminatórias racistas se expressam de forma implícita muitas vezes, a ponto de serem até imperceptíveis e muitas vezes tão naturalizadas. E como o racismo se camufla em meio aos detalhes de um estado conservador como o de Rondônia.

[...] “ até esses dias eu nunca havia sofrido, em outro momento eu não conseguia colocar na caixinha de racismo;” S3, 29 anos

Nota-se pela fala do participante S3. 29 anos que no passado ele poderia até ter sofrido alguma experiência de racismo, alguma situação ou ação discriminatória, porém ele não conseguiu ter discernimento ou a percepção disso no momento. Segundo Almeida (2019), o racismo é um mecanismo sistemático de separação que tem a raça como condição, e que se manifesta por meio de práticas sejam elas conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens ou privilégios para sujeitos, dependendo do grupo racial a que pertencem.

[...]“ele tava bêbado no banco de trás ele tava bebendo tal e ele é muito de abraçar muito de dar carinho e aí tinha uma amiga dele sentado do lado de cá que eu tava dando carona para ela [...aí ele me abraçou assim ele falou assim “nossa tu está muito cheiroso seu cabelo tá muito cheiroso, aí eu falei que tinha tomado banho né (risos) e aí ele complementou: eu nunca achei que seu cabelo fosse cheiroso, e eu falei como assim?? e ele: ah, seu cabelo é ruim né, Aí eu falei assim: não é ruim não, mas não consegui falar nada além disso na hora.” S3, 29 anos

Nesse caso, a fala do participante nos remete ao conceito e “do dito e de não dito” trago por Orlandi (2005). Quando S3. 29 anos diz que “não consegui falar nada disso na hora”, o que pressupõe que ele teria algo para falar, mas não conseguiu elaborar nada na hora, evidencia que o racismo mesmo nos pequenos detalhes de uma frase, já consegue nos impossibilitar, nos paralisar diante de situações como essas. E nesse mesmo momento, quando o amigo diz que “não achou que o cabelo de S3. fosse cheiroso”, ele já faz uma outra inferência racista, deixando subentendido que cabelos crespos/cacheados são mal cuidados e/ou sujos.

[...]“no mercado eu já senti alguns olhares por exemplo do segurança, olhando de canto de olho para mim, pode ser só impressão minha ou não também (risos..) que eu me senti meio embaraçoso” S1, 21 anos.

É possível perceber pela fala do participante B. que esses “olhares suspeitos” do segurança entrelaça muito com a ideia de de Almeida (2019), quando ele menciona sobre naturalizarmos o racismo, e de essas as estruturas sociais estão fortemente internalizadas, que se tornam naturais sob essa sociedade dividida entre negros e brancos, sendo assim não é mais questionada, criticada, e sim seguida. Dessa forma, quando o próprio negro se vê nessa condição de “suspeito”, e não mais se questiona sobre, porque se tornou uma questão naturalizada, ele apenas reproduz a fala do participante B. 21 anos, dizendo que pode ter sido apenas uma “impressão” dele, e não caracteriza como racismo propriamente dito.

A dimensão raça e sexualidade foi algo que não apareceu nos discursos de forma interseccional, os participantes conscientemente não fizeram a correlação dessas intersecções nas experiências/ vivência deles. Apesar dessa intersecção ter os afetados, ainda não conseguem ter a percepção de como isso os impacta direto e indiretamente, pois raça e sexualidade não são discutidas de forma totalitária, e sim de forma individual.

CONCLUSÃO

A maneira e a percepção de descrever as experiências/vivências dos participantes quanto às ações homofóbicas que sofreram tiveram muitas semelhanças, o que foi uma coincidência, já que a escolha dos mesmos foi de forma aleatória, porém os discursos estavam alinhados. No que tange às ações racistas, os participantes não detalharam muitas situações, e as poucas que detalharam não estavam interseccionadas com o contexto de sexualidade, por exemplo.

Dessa forma, o presente trabalho verificou que há muito a se percorrer no sentido de interseccionalidade de estudos de raça, gênero e sexualidade, pois estes estudos geram as percepções de mundo das populações que são afetadas diariamente por essas dimensões interseccionais. Outro ponto a se destacar foi de que o aspecto homofobia impactou os participantes de forma mais significativa em suas vivências, quando comparadas ao racismo, visto que, embora o mesmo tenha feito parte de algumas experiências, ele não tomou uma proporção tão significativa como a homofobia, por exemplo.

Considerando ser uma temática pouco debatida, os objetivos pretendidos e considerando os resultados encontrados, constata-se que as experiências/vivências de homens negros homoafetivos são sim permeadas por ações discriminatórias homofóbicas e por um racismo de forma mais “naturalizada”, o que não deixa de ser racismo, e isso se deve aos padrões hegemônicos da heteronormatividade e da branquitude.

Nesse sentido conclui-se que a pesquisa foi de grande relevância, não só para o meio acadêmico, mas também para os participantes que puderam perceber por uma outra ótica como essas ações discriminatórias impactam em todos os aspectos de suas vidas. Além disso, são ações que agem não só fisicamente, verbalmente, mas também subjetivamente e simbolicamente.

REFERÊNCIAS

AGAMBER, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** I. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1995].

ALMEIDA, Silvio (2019). **Racismo Estrutural**. Polén.

BADGETT, M. V. L. **The wage effects of sexual orientation discrimination.** *Industrial and Labor Relations Review*, v. 48, n. 4, p. 726-739, 1995. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2524353>. Acesso em: 19 jul.2020.

BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 763-776, Setembro 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300763&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 19 jul.2020.

BENTO, B. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade.** In: Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cad. Pagu [online]*. 2018, n.53, e185305. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BOMFIM, Silvano Andrade do. **Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável. A criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa.** São Paulo. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 18 – jul./dez. 2011.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso>. access on 07 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>.

CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição de métodos.** Monografia de conclusão de curso de bacharel em estatística - UFRGS. Rio Grande do sul, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** 2008.

FERREIRA, Dina Martins ; CAMINHA, Tibério. **PIGMENTOCRACIA E A EXPERIÊNCIA DO PRETERIMENTO NA HOMOSSEXUALIDADE NEGRA.** *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 156-174, 6 out. 2017. disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/5796/5248>>. Acesso em: 23 set.2020.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000

JUNQUEIRA, R. **Pedagogia do armário: A normatividade em ação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 20 de set. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, R. BARRETO, D. **Formação em psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de gênero**. Psicologia ciência e profissão, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolitique. Raisons Politique**, n.21, p.29-60, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNIZ, G.M. **Reflexões acerca da heteronormatividade**. 43 p.- Universidade de Brasília, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OAB (Rondônia) (org.). **Dados revelam alta violência em razão do preconceito em Rondônia, aponta Comissão**. 2020. Disponível em: <https://www.oab-ro.org.br/dados-revelam-alta-violencia-em-razao-do-preconceito-em-rondonia-aponta-comissao/>. Acesso em: 20 out. 2021.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 5ª edição 2005.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Traduzido por Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Monalisa; MONTEIRO, Juliana. **Representatividade da mulher negra em cartazes publicitários do Ministério da Saúde**. São Paulo: **Journal of School of Nursing**, V. 52, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-985056>>. Acesso em: 20 jul.2020.

SOUZA, E. M. de; PEREIRA, S. J. N. **(Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais**. RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 14, n. 4, p.76-105, jul./ago. 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. Ed. São Paulo: Graal Editora, 1990.